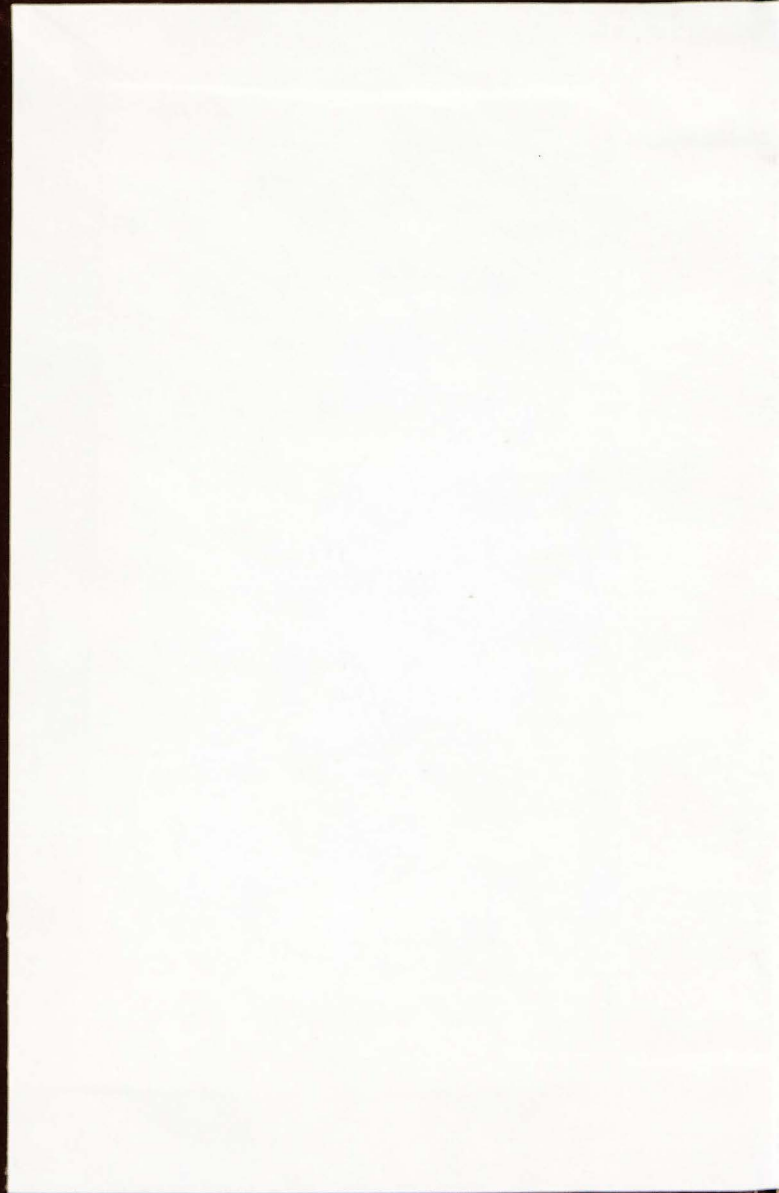


JOAQUIM NABUCO

CONFERENCIA

RIO DE JANEIRO

1884



NL 218880

JOAQUIM NABUCO



6

CONFERENCIA

a 22 de Junho de 1884

NO THEATRO POLYTHEAMA



RIO DE JANEIRO

1884



CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA

CONFERENCIA

DO

SR. JOAQUIM NABUCO

a 22 de Junho de 1884

NO THEATRO POLYTHEAMA

RIO DE JANEIRO

Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Rua do Ouvidor 31.

1884

NS. 218880

A ANDRÉ REBOUÇAS

Ao abolicionista cujo nome expressa a dedicação absoluta á nossa causa commum; cujo desinteresse não tem a noção de sacrificio; cujo coração tornou-se o de uma raça inteira: cheio de perdão para o passado, de magnanimidade para o presente e de uma infinita esperança para o futuro.

JOAQUIM NABUCO.

10 Julho 1884.

MEUS SENHORES,

Ha apenas um mez que estou de volta ao Brazil e nesse curto espaço de tempo já assisti a duas phases diversas do movimento abolicionista. Logo á minha chegada eu lia em certos jornaes que a corrente emancipadora havia sido effectivamente represada pelo ante-mural do Sr. Souza Carvalho (*hilaridade*); dizia-se que o partido abolicionista tinha deixado de existir, e alguns actos de deploravel fraqueza do ministerio Lafayette, como as demissões do tenente-coronel Madureira e dos Srs. Satyro Dias e Theodoreto Souto, eram apontados como a prova de que o proprio governo se tornára o inimigo irreconciliavel da agitação.

Hoje tudo parece ter mudado de repente com a subida do ministerio Dantas e este é publicamente accusado de ter levado a propaganda das ruas e dos jornaes para o recinto do parlamento e para o paço de S. Christovão! Se a essas duas phases de que fui testemunha eu juntar uma terceira, da qual tive noticia no estrangeiro, a da libertação do Ceará e do enthusiasmo que esse grande acontecimento nacional espalhou pelo paiz todo, temos em muito pouco tempo tres phases do movimento abolicionista que podem ser caracterisadas nos termos em que um celebre publicista distinguio tres differentes épocas da nossa historia constitucional, como: Acção, Reacção e Transacção. A Acção assignalada pela proclamação do Ceará como provincia de solo livre e pela repercussão estrondosa desse grito em todo o paiz e sobretudo nesta capital; a Reacção accentuada pelo jornal do Sr. Souza Carvalho e pela organização

dos Clubs da Lavoura; e a Transacção representada pelos projectos, ainda mais, pela linguagem do ministerio Dantas, pela renuncia motivada do Sr. Saraiva, e pela salutar agitação que torna, como se vê nesta imponente reunião, a mover o espirito publico.

Aponto essas phases para mostrar que a escravidão entrou em um periodo de fluctuações de que não póde mais sahir. Esse *pantano*, como ella tem sido tantas vezes chamada, deixou de ser terra firme e está sendo abalado por terriveis correntes subterraneas. Não ha homens nem instituições que lhe possam restituir a segurança e a firmeza que elle perdeu. (*Applausos.*) Os que reclamam do governo que abafe aqui e alli as explosões que se produzem, não sabem que chão estão pisando; desconhecem que o Brazil todo se tornou uma vasta cratera. (*Applausos.*) É do interesse da propria escravidão sahir dessa incerteza e dessas terriveis

oscillações de fortuna. Nenhuma industria, nenhum emprego de capital póde prosperar em taes condições de *provisorio-permanente*. Dizem que fômos nós que desencadeamos sobre o paiz esse espirito que nós mesmos hoje não podemos conter. Mas não, não fômos nós que creamos esse espirito; foi elle que nos creou. O Sr. Andrade Figueira e outros esclavagistas pedem ao governo medidas de repressão contra o Abolicionismo; aconselham-lhe que entre em conflicto com a Escola Polytechnica e que inicie uma Perseguição contra os funcionarios suspeitos de sentimentos abolicionistas, contra a imprensa e as associações que juráram guerra de morte á escravidão. Esses, que esperam acabar com o movimento inutilizando para a lucta estas e aquellas pessoas, mostram que não conhecem o paiz em que vivem e que não têm a minima intuição do que se está passando a esta hora na consciencia e no senso moral

da nação brasileira. Sim, senhores, a nossa força é sermos um partido impessoal. Somos uma idéa, uma causa, uma época. (*Applausos.*) Para vencer-nos nesse combate seria preciso que o esclavagismo pudesse repetir o milagre de Josué e fazer para o sol! (*Applausos.*) No dia da acção, porém, os nossos inimigos ver-se-hiam abandonados pela retaguarda toda do seu exercito — as suas proprias consciencias. (*Applausos prolongados.*)

A ACTUALIDADE POLITICA.

Não devo encobrir a satisfação que nos causa a marcha politica do actual ministerio e a firmeza de linguagem do Presidente do Conselho. Parece que voltamos a 1871 e que de novo na direcção dos negocios se acha um estadista resolvido a dar, na medida das suas idéas e dos seus receios, está visto, satisfação á maxima aspiração do paiz.

Antes, porém, de encarregar o Sr.

Dantas de organizar o gabinete, o Imperador ouviu nada menos de tres oraculos.

Ouvio o Sr. Sinimbú, que eu posso deixar de parte dizendo que elle fallou a Sua Magestade a linguagem de um noctambulo politico, ainda não accordado do somno pesado do Congresso Agricola de 1878.

Ouvio o Sr. Affonso Celso, o qual lhe disse que para tratar-se da emancipação era preciso primeiro acabar com o *deficit*, o que equivale a adiar indefinidamente a reforma, porque não ha possibilidade de termos saldo real e muito menos em orçamentos que elle organisasse.

Ao Sr. Saraiva a corôa fez mais do que ouvi-lo, encarregou-o de organizar ministerio. A recusa do Sr. Saraiva marca uma verdadeira época. S. Ex.^a recusou-se a organizar, por não lhe ser actualmente possivel constituir um ministerio capaz de resolver a questão do elemento servil.

Que maior triumpho para a nossa idéa do que essa affirmação solemne do homem de maior prestigio no paiz — que o poder só é desajavel hoje para a realisação dessa grande reforma? Por tras dos acontecimentos, que se forem desdobrando d'ora em diante em nossa historia, o paiz verá sempre o vulto daquelle estadista apontando ao parlamento e aos governos a estrada que elles devem seguir. É essa attitude do Sr. Saraiva, tão resoluta agora com a emancipação como foi em 1880 com a eleição directa, que dá o seu verdadeiro valor ás declarações do Sr. Dantas.

Até hoje o procedimento deste tem sido digno e leal. O projecto de lei para a libertação dos escravos maiores de 60 annos é uma concessão muito pequena; mas nós devemos acceital-a, porque significa a emancipação dos Africanos importados depois de 1831, os quaes foram todos matriculados, em fraude da lei de 7 de Novembro, com idade superior á que

tenham. Diz-se-nos que o governo vai condemnar esses pobres velhos á miseria e á fome, e o Sr. Dantas é figurado como uma especie de Caligula divertindo-se em entregar aos combates das fêras gladiadores alquebrados pela idade e incapazes de defender-se. Os que assim fallam calumniam o que possa haver de reconhecimento no coração dos senhores de escravos para com aquelles que deram origem ás suas fortunas. (*Applausos.*) As medidas do governo representam muito pouco, mas ninguem pôde calcular os effeitos mediatos e indirectos de uma lei qualquer, como foi a de 28 de Setembro, que limite a escravidão, mesmo respeitando-a e parecendo deixal-a intacta.

O que, porém, mais irrita os taciturnos automedontes do esclavagismo na camara não é a proposta do governo; é a linguagem franca do presidente do conselho em relação á escravidão, linguagem que lhes parece um verdadeiro escandalo governamental.

D'ahi a tempestade a que estamos assistindo em torno dessa idéa. Deixemos porém o governo entregue á sua boa estrella...

REGIMEN ECONOMICO DA ESCRAVIDÃO.

Senhores, a these de que eu desejo mais especialmente occupar-me hoje vem a ser — a impossibilidade de termos boas finanças durante a escravidão. Quando emprego a palavra *Escravidão*, sirvo-me de um termo comprehensivo, — como é por exemplo em França a expressão *Antigo Regimen*, — dos resultados do nosso systema social todo, o qual é baseado sobre a escravidão. Diz-se e repete-se todos os dias que o Brazil é uma nação rica. A ser assim a escravidão teria, pelo menos, a vantagem de haver enriquecido o nosso povo e de deixar, quando acabasse, uma herança como a do Segundo Imperio em França, cujos panegyristas

allegam sempre contra a perda da Alsacia-Lorena o incremento da riqueza publica.

Entretanto a verdade é que a escravidão tem sido a ruina do nosso paiz : do territorio e do povo. A nossa intitulada riqueza são tres ou quatro generos tropicaes, e no que concerne á escravidão, póde dizer-se, é o café. É da cifra da exportação que nos gabamos; mas que representa como riqueza nacional — quando a riqueza nacional é uma relação entre a producção e a população — essa cifra, digamos, de duzentos mil contos para um paiz de dez milhões de habitantes e com uma área como a nossa? É preciso ir mais longe ainda. Se a nossa exportação representasse o interesse de todas as classes, o trabalho de uma grande porção dos habitantes do paiz, essa relação inferior em que ella se acha para a população nacional não teria o triste alcance que tem como synthese dos máos effeitos economicos da escravidão

Mas essa industria unica, é o monopolio de uma classe tambem unica.

Se a lavoura se bastasse a si mesma, se de tempo immemorial ella não se tivesse constituido em divida insolvavel para com o capital, — que entretanto não é outra cousa entre nós senão a economia que outras classes fazem dos gastos da lavoura ; — se o fazendeiro não fosse, como realmente é, o empregado agricola que o commissario ou o accionista de banco tem no interior para fazer o seu dinheiro render acima de 12 %, nós assistiriamos a este espectaculo : uma insignificante classe productora opulenta, com uma pequena clientela mercenaria e uma nação de proletarios.

Com effeito, senhores, o Brazil é uma nação que importa tudo : a carne secca e o milho do Rio da Prata, o arroz da India, o bacalháo da Noruega, o azeite de Portugal, o trigo de Baltimore, a manteiga de França, o pinho do Baltico,

o sal do Cabo-Verde, as velas da Allemanha, os tecidos de Manchester, e tudo o mais, excepto exclusivamente os generos de immediata deterioração. A importação representa assim as necessidades materiaes da população toda, ao passo que a exportação representa, como já vimos, o trabalho apenas de uma classe. Para que todos paguemos as nossas dividas de subsistencia, vestuario, habitação, etc., com a producção de alguns, é preciso que os lucros da lavoura sejam repartidos entre uma porção consideravel da população.

Isso é o que acontece, e da seguinte fórma. O primeiro dos mecanismos pelos quaes a agricultura sustenta uma classe importante da sociedade, é o credito. O antigo fazendeiro trabalhava para o traficante que lhe fornecia escravos, como o actual trabalha para o correspondente ou para o banco que lhe adianta capitães. Uma boa parte da riqueza nacional é eli-

minada do paiz pelo commercio de exportação, cujos lucros ficam em parte no estrangeiro, mas uma boa porção dessa riqueza pertence de direito aos que fornecem a lavoura de capitaes. Estes alimentam nas cidades uma consideravel clientela de todas as profissões.

A lavoura, porém, não sustenta sómente os que lhe emprestam dinheiro a altos juros, sustenta directamente a sua clientela, que a serve nas capitaes. Isso não é tudo, e é normal. Mas o Estado tem um apparelho especial chamado *apollice*, do qual os bancos são as ventosas, para sugar o que reste á lavoura de lucro liquido. Essas sobras elle as distribue pelo seu exercito de funcionarios, os quaes por sua vez sustentam uma numerosa dependencia de todas as classes. Temos assim que a lavoura, pelo pagamento de juros, pelo pagamento de serviços e pelos empréstimos incessantes que faz ao Estado, sustenta todo esse nu-

mero immenso de familias que absorvem a nossa importação e que pagam os impostos indirectos. Se o Estado, amanhã, fizesse ponto, ver-se-hia que elle tem estado a tomar os lucros da escravidão aos que produzem para distribui-los entre os que ella impede de produzir. Não ha assim incremento real da riqueza publica por accumulação e emprego do capital produzido. Ha constante eliminação ou desperdicio da riqueza. Isso é uma das consequencias immediatas da escravidão. Onde ella tem tempo de completar sua obra, o que ella deixa após si é um paiz como foi descripta a India — *uma fazenda de proprietario estrangeiro e ausente*, a miseria, o prostibulo, o proletariado, uma população sem direitos nem garantias, a fome e a secca.

LUCROS CESSANTES E PREJUIZOS REAES.

Para fazer o balanço da escravidão como administração nacional, é preciso

contrastar a vasta producção que ella obteve por meio de escravos com os lucros cessantes e os prejuizos reaes que ella impôz ao paiz. Não fallando nos milhares de contos gastos no Trafico, muitos dos quaes serviram para a construcção de palacios em Lisbôa e no Porto, calcule-se o valor de lucros cessantes da ordem destes: calcule-se o valor da immigração espontanea, que a escravidão afasta do Imperio para a grande republica vizinha; calcule-se o valor dos braços ociosos que se contam por milhões e aos quaes a escravidão, com o seu systema de numero fixo de trabalhadores, nega trabalho; calcule-se o valor das terras incultas que ella fecha á pequena propriedade; calcule-se o valor do mercado de trabalho ou de salario que falta em todo o paiz, e por fim, — ainda que os que nos chamam sentimentalistas desconheçam o valor em economia politica da moralidade social — calcule quem puder os lucros

cessantes da dignidade e do respeito proprio em toda a massa do nosso povo. (*Grandes applausos. Ovação geral*).

Mas a esses lucros cessantes devemos juntar os prejuizos que a escravidão nos causa. Não fallo dos prejuizos indirectos de uma politica, tanto externa como interna, baseada até agora na illusão alimentada pela escravidão de que somos uma nação rica e de recursos illimitados: politica externa de prestigio e afastamento, de que resultou a guerra do Paraguay; politica interna de centralisação, que está atrophando as provincias todas. Fallo dos prejuizos directos. Vêde por exemplo, o máo effeito do capital em mãos dos estrangeiros e prompto sempre a ser retirado do paiz á minima desconfiança, e hoje apenas represado pela *baixa do cambio*. Vêde o papel-moeda, auxiliar constante das finanças da escravidão, com as suas fluctuações extraordinarias; e vêde o functionalismo. O Sr. Martinho

Campos sempre que quer rebaixar os abolicionistas chama-lhes : empregados publicos. A profissão de empregado publico entretanto, é pelo menos tão digna como a profissão de senhor de escravos (*applausos*) e no Brazil, onde a escravidão possui o monopolio da terra, impede as industrias, e torna o commercio dependente da sua protecção, o functionalismo é quasi que a carreira unica aberta aos homens de independencia. Mas isso mesmo é um effeito da escravidão, e esse excesso de functionalismo é um prejuizo em dous sentidos : afasta de outras profissões os homens de talento e dignidade, e obriga o Estado a absorver o saldo da producção nacional, o melhor da renda liquida do paiz — que devêra ser applicado ao desenvolvimento da nossa industria — para derrama-lo entre os seus empregados.

Desse regimen, senhores, que o estado de minha saude força-me a descrever em traços geraes, resulta o orçamento a

que chegamos e que hoje sobrecarrega o paiz. A cifra da despesa desse orçamento é já de 150,000:000\$; e desses mais de metade são applicados a despesas de guerra, cobrança de impostos e pagamento da divida. Temos assim um disequilibrio fatal entre a parte do orçamento que se refere ás necessidades reaes do paiz, ao seu futuro, e a parte morta que se refere ao passado, á vida que já vivemos. E como essa parte de obrigações não póde ser reduzida e a parte das necessidades moraes e materiaes vai crescendo sempre acceleradamente, chegamos a uma situação que só póde ser solvida por meios heroicos: ou por economias que signifiquem cortes profundos de despesas, ou por impostos que signifiquem augmento sensivel de renda, ou por ambos esses meios combinados. Mas nada disso é possível. A restricção da despesa não o é, porque depois de termos augmentado o nosso functionalismo como o augmen-

támos não ha quem tenha forças para dispensa-lo em escala gigantesca como seria preciso para equilibrar o orçamento dessa fórma. A expansão da renda tambem não é possível, porque não ha dinheiro no paiz. A classe unica productora — a lavoura — está aos pés do Estado implorando soccorros, e declara que não póde pagar mais impostos. Um dos escriptores de finanças mais notaveis da Inglaterra, o Sr. Giffen, dizia-me que nos paizes onde ha dinheiro qualquer imposto fa-lo vir á tona, mas que nos paizes onde não ha dinheiro nenhum imposto o fará apparecer.

Este é o nosso caso, senhores, não ha novos impostos que possam saldar o nosso orçamento, porque os existentes já são um obstaculo á marcha do paiz e ao seu desenvolvimento. E vamos nós esperar até que haja saldo para dar satisfação á consciencia humana que reclama o fim da escravidão no Brazil!

As nossas finanças são o resultado do regimen servil que pesa sobre o paiz. É elle que depaupera o interior, as provincias, a população. Combine-se com a pintura que acabo de fazer o estado do cambio, ameaçador como se acha, e o perigo de que, esgotado o credito, estejamos com o papel-moeda á vista!

Sim, é certo que caminhamos em plena paz para a bancarrota, mas quando esta vier não será levada pela historia á conta do Abolicionismo e da agitação que elle determinou. A bancarrota será, entre nós, a liquidação forçada da Escravidão, como foi em outros paizes a do despotismo e da guerra. (*Muitos applausos*).

PRECONCEITOS E RESISTENCIAS.

Mas os nossos adversarios não são sómente os que dizem que o estado financeiro do paiz é serio demais para pensarmos em emancipação. Elles são muito numerosos e de diversas classes,

e não ha preconceito de que não lancem mão.

Temos os pessimistas, que, nem mesmo indemnizando-se a propriedade escrava, acceitariam a abolição. Entre os proprietarios de escravos tambem ha resistencias de naturezas diversas: a do proprietario que quer o escravo como propriedade venal e a do proprietario que o considera como elemento de trabalho apenas, e só adhere á escravidão por ser esta um regimen de trabalho certo e barato. Temos tambem contra nós os politicos ou opportunistas, á espera do momento psychologico para se manifestarem, os terroristas e os sociologistas. Eu não posso occupar-me de todas essas especies de adversarios separadamente, direi apenas algumas palavras sobre os argumentos de que alguns delles se servem.

Senhores, não ha historia mais triste do que a dos preconceitos que em todos os tempos têm procurado deter o pro-

gresso humano em todos os sentidos. Não ha descoberta, não ha invenção, não ha ponto novo de partida, que não encontre incredulos e inimigos, que não assuste interesses estabelecidos. Tomai a historia da estrada de ferro, por exemplo, e admirar-vos-ha o numero de preconceitos com que a locomotiva e os trilhos tiveram que lutar antes de tomarem posse do terreno que invadiam.

Assim foi com o Trafico entre nós. Dizia-se que a producção nacional ia cessar com a extincção dessa arteria; muito poucos fazendeiros confiavam em fazendas de criação e nos meios a que o Sr. Lacerda Wernech alludia em uma publicação da época para supprir-se com a *propagação dos escravos o vacuo medonho deixado pela colonisação africana*. Ainda hoje foi publicado um documento justificativo da escravidão no passado e no presente, emanado da Associação Commercial da praça do Rio de Janeiro.

É sempre a mesma resistencia. Eu estou certo que quando no seculo passado o Marquez de Lavradio, horrorisado com o espectaculo do mercado de escravos nas ruas desta capital, ordenou que os vendedores não entrassem na cidade com mais de cinco escravos nús, a Associação Commercial de então (*applausos*) representou contra essa restricção á liberdade de commercio, em prejuizo dos interesses conservadores. E de que ordem são os preconceitos que desta vez se oppoem á proclamação do trabalho livre?

Vós os conheceis de ha muito. Diz-se-nos que os libertos não trabalham e que não se deve derramar na sociedade um milhão de escravos sem primeiro educa-los.

OS LIBERTOS NÃO TRABALHAM, É PRECISO
EDUCA-LOS.

Senhores, eu comprehenderia que os libertos não trabalhassem. O escravo tem

uma aspiração unica, herdada de seus pais, aspiração intensa desde que elle tem consciencia da sua posição e da de sua mãe, e pela qual elle sacrificaria tudo neste mundo — a liberdade.

Que ha de extraordinario em que no dia em que depois de uma vida inteira de soffrimento, de dôr, de anciedade, de silencio, e de terror, elle se sente, sem a principio acreditar-o, livre como os outros homens, elle pense que completou a sua missão nesta vida, e que já viveu? Porventura ensinaram-lhe a trabalhar voluntariamente, a comprehender a dignidade do trabalho? Que irrisão!

Mas a verdade é que o liberto não se abandona na ociosidade á satisfação de ter deixado de ser escravo. A representação da Associação Commercial diz ao parlamento:

« A verdade é que no Brazil, como por toda a parte, o liberto é incompativel com um regimen qualquer de eco-

nomia e de ordem, de trabalho e de moralidade. »

Por toda a parte ! Essa affirmação dogmatica, senhores, é um falso testemunho levantado contra os resultados da emancipação no mundo, e sobretudo naquelle paiz, que, pelo numero elevado da população emancipada devêra servir-nos de modelo — os Estados Unidos. É uma falsificação da verdade historica e da estatistica do ultimo recenseamento norte-americano dizer-se que o liberto é incompativel com um regimen qualquer de *economia e de ordem, de trabalho e de moralidade*.

Isso quanto a paizes estrangeiros. Quanto ao Brazil, onde estão as provas ? Ninguém pretende que o escravo libertado continue a trabalhar como escravo no proprio lugar a que estão associadas todas as suas recordações da escravidão. Nem é a nossa these que o trabalho voluntario do liberto seja possivel *durante*

a escravidão. O que nós dizemos é que uma vez extinta a escravidão, isto é, acabado o estigma revoltante, até agora impresso na fronte de todos os operarios do paiz, (*applausos*) os libertos hão de trabalhar por salario melhor do que trabalhavam como escravos.

Para isso, porém, é preciso acabar com a escravidão e tornar necessario o mercado de trabalho com as fluctuações necessarias de offerta e procura. Antes de fazer-se essa experiencia, ninguem tem o direito de dizer que está provado entre nós que o liberto não trabalha.

Quanto ao outro argumento: É preciso primeiro que os escravos sejam educados, eu perguntarei apenas: Educados! por quem? (*Applausos e apartes*). Ou por outra: Quem ha de educar o fazendeiro?

Com effeito quando se me falla da educação desses chamados *monstros humanos*, voluntariamente guardados nas

senzalas, eu penso que se quer dizer educação para liberdade, para o regimen do salario, e então tenho o direito de perguntar: Quem ha de educar o fazendeiro para tratar os seus libertos como homens livres em quanto os seus escravos forem sendo educados para serem libertos? (*Applausos repetidos*).

Mas a influencia da escravidão não se desenraiza n'um dia, devo dizer não se elimina mais de quem foi profundamente affectado por ella, e assim devemos para a nossa obra de reconstrucção social abandonar a esperança optimista de salvar o actual escravo como o actual senhor.

A esses o novo regimen de respeito á dignidade humana como base da dignidade propria não aproveitará quasi; é preciso entretanto firma-lo desde já para que elle venha a aproveitar á geração que está apenas agora caminhando para a escravidão, de cima e de baixo, como senhores e como escravos.

Mas, senhores, fiquemos certos de que dentro de pouco tempo, quando tiverem cessado todos os principaes abusos, crueldades e mutilações da personalidade humana, que nós denunciámos na Escravidão, os proprios que hoje nos accusam serão os primeiros a olhar para essas instituições e costumes do nosso paiz e do nosso tempo com o mesmo sentimento com que nós hoje penetramos n'um musêo dos supplicios da antiga Tortura.

(Sensação : grandes applausos).

O EXEMPLO DE GLADSTONE.

Mas os terroristas vão mais longe. Elles dizem que a sociedade está em crise, que a honra das familias está ameaçada, que a segurança individual é nenhuma, e que por isso é necessario não dar um passo na questão que a todos preoccupa neste momento. Senhores, eu desconheço essa situação caracterisada por attentados contra a vida dos senho-

res, por ultrajes á honra das mulheres, e tudo isso me parece mera invenção do panico de interesses ameaçados. A estatística dos crimes agrarios, dos symptomas de sublevações comprimidas e de vinganças mal soffreadas revelaria um estado de cousas muito diverso. Mas fossem os crimes numerosos e resultado directo da agitação, isso seria uma razão, não para sobreestar na reforma, mas para apressa-la. Eu quero apenas citar um exemplo analogo de que fui testemunha dia por dia : o exemplo de Gladstone com a questão Irlandeza.

Quando, o illustre estadista liberal, liberal não de nome sómente, mas de coração e de genio, achava-se a braços com essa grande reforma agraria Irlandeza que afinal arrancou do Parlamento estupefacto, os crimes de rendeiros contra proprietarios na Irlanda, ou contra agentes de proprietarios, — e crimes de toda a ordem, desde simples ameaças até ao

assassinato — multiplicavam-se de modo assustador. Qualquer outro homem teria desanimado. Mas Gladstone, quando se lhe dizia : « Não é este o momento das concessões: o paiz está anarchisado, o terror está de posse da Irlanda, o dever do governo é restabelecer a ordem custe o que custar e não recompensar a anarchia », respondia com a mesma calma e sangue frio de que eu quizera que os nossos estadistas se mostrassem capazes : « Sim, é preciso reprimir a desordem e fazer triumphar a legalidade ; mas esses crimes são o resultado de um regimen injusto que a agitação está explorando ; não basta portanto a repressão, é preciso a reparação ; para que a autoridade restabeleça o dominio da lei de modo permanente é indispensavel destruir a origem de taes perturbações. É preciso portanto que voteis a reforma para que a ordem publica d'ora em diante na Irlanda assente sobre o interesse dessas mesmas classes que

hoje lhe são hostis. » Essa é que é a linguagem de um verdadeiro estadista encarregado de uma reforma social de futuro, destinada a transformar o character de um povo e portanto de sua historia toda, e esse é o exemplo que eu aponto aos que assumirem a responsabilidade do governo do Brazil. E acreditei-me, senhores, o estado da Irlanda era muito sério e grave, infinitamente mais sério e grave do que o do nosso paiz, onde a estatistica havia de mostrar, se fosse feita, que a criminalidade não é, como foi na Irlanda, dos opprimidos contra os oppressores, mas quasi que toda dos oppressores contra os opprimidos !

O BRAZIL PARA OS BRAZILEIROS. (*)

Quanto aos sociologistas, quanto a esses que entendem que a raça negra

(*) A phrase — O Brazil para os Brasileiros — tem dado logar a imputações absurdas, como, por exemplo, a de que eu quiz espoliar da sua legitima parte de interesses, vantagens e influencia na communhão social ao elemento estrangeiro. O espirito abolicionista exactamente por ser o contrario do espirito da escravidão, fechado, exclusivo, intolerante, é o principal apoio dos direitos dos estrangeiros, e até hoje eu acredito ter

não está preparada para a liberdade; que a nossa população, os 11 milhões de habitantes que temos, não são aptos para tomarem conta do proprio territorio, e querem a colonisação estrangeira, o chin ou o europeu, como successor necessario dos elementos de trabalho nacional, responderei que, bem ou mal, quer isto agrade quer não agrade, o territorio do Brazil não está em leilão e pertence á raça que nelle existe. O dever dos bons patriotas, dos que amam a *sua terra e a sua gente*, é procurar modificar o estado de coisas que existe e destruir os motivos que afastam a nossa população do

dado provas de que não chego a fazer quasi differença entre Brasileiros e estrangeiros estabelecidos no Brazil. «O Brazil para os Brasileiros» não quer dizer em minha bocca o Brazil para os Brasileiros com exclusão dos estrangeiros residentes entre nós, mas, sim, que o Brazil pertence já aos onze milhões que o habitam e aos seus descendentes e não a uma classe privilegiada de proprietarios, nem a um povo ainda por importar. D'esse principio decorre o dever de elevar socialmente o nivel da população existente, para o que a immigração européa é um dos meios melhores e mais poderosos, e de destruir todos os obstaculos que se oppoem á appropriação definitiva do nosso territorio á nação que nominalmente o possui. Para certa ordem de reformadores sociaes é preciso dar por perdida para o trabalho, para a propriedade, para a transformação nacional, a massa da população brasileira. Quando se pensa na cifra d'essa massa e na do seu augmento provavel vê-se logo o absurdo de semelhante politica de engrandecer o Brazil abstrahindo do seu povo. O sentido da minha phrase está claro bastante no texto acima; mas a deslealdade de certas interpretações que lhe foram dadas forçou-me a escrever esta nota.

J. N.

trabalho e as causas que a impedem de trabalhar. Bem ou mal o Brazil é dos Brasileiros, e é dos Brasileiros, — que elles tenham estimulos e facilidades para o trabalho e a propriedade, — que o estadista deve cuidar como do seu primeiro dever.

Mas o Abolicionismo tem diversos motivos de ordem muito grave para continuar na propaganda que está fazendo.

Em primeiro logar, no Brazil não ha duas forças em contraste, em conflicto, actuando sobre a população escrava. Não ha o conflicto da escravidão e da lei. A lei de 28 de Setembro não cogitou das gerações presentes, e mesmo quanto ás futuras, quando parecia negar aos senhores o direito de propriedade, estabelecia uma indemnisação pelos nascituros superior ao que é hoje o valor do proprio escravo. Não ha duas forças em conflicto a escravidão e a lei; ha sómente a escravidão e a morte, e é preciso que detenhamos o braço da morte. (*Muito bem*).

Em segundo lugar, devemos lembrar-nos que se a propriedade tem direitos, também tem deveres; e que o proprietario de escravos não se acha habilitado hoje, nem por sua fortuna, nem por sua educação, nem por seus sentimentos, para cumprir os deveres, serios para homens de consciencia, d'essa propriedade que recae sobre creaturas humanas.

Em terceiro lugar: é contraproducente o argumento daquelles que dizem que nós queremos fazer tanto pela sorte dos escravos, imitando a Inglaterra, a Hespanha e a França, sem nos lembrarmos de que esses paizes legislavam para colonias e que nós legislamos para nós mesmos.

Sem duvida; mas é por isso mesmo que a nossa lei deve ser mais radical, mais pensada, mais completa do que as da Inglaterra, da Hespanha e da França, porque legislamos para o nosso proprio

povo; porque a emancipação dos escravos entre nós quer dizer a integração de uma raça inteira na nossa população, nos elementos constitutivos da sociedade brasileira; quer dizer o levantamento do nível nacional por gerações successivas. (*Apoiados.*)

Quarto, porque, senhores, nunca é possível conhecer a força real de um paiz que assenta sobre a escravidão. Não ha em taes paizes nem contribuintes, nem soldados, nem cidadãos. Ha proprietarios e párias. É por isso que esses grandes edificios sociaes desmoronam-se como outros da mesma construcção, como o imperio dos Incas no Perú, ou o imperio dos jesuitas no Paraguay á primeira pressão de fóra ou á primeira convulsão de dentro.

Quinto, porque, infelizmente com o desenvolvimento da idéa abolicionista, está sendo apregoada no Sul a idéa sinistra e anti-brazileira de separação, e é preciso fazer a emancipação bastante rapida para

que o Norte e o Sul não tenham tempo de dividir-se e não reste uma sombra entre elles. (*Apoiados.*)

Sexto, porque é preciso restituir a todos aquelles que luctam pela vida neste paiz a dignidade que lhes falta e sobretudo é preciso restituil-a ao exercito e á armada, porquanto hoje o official de terra e de mar, o soldado e o marinheiro, podem talvez sentir-se na obrigação de prestar o apoio de seu braço e o sacrificio de sua vida á defesa de uma instituição contraria a todos os sentimentos do coração humano. (*Applausos prolongados. Muito bem.*)

UMA VOZ : — Viva o Sr. Joaquim Nabuco !

OUTRA VOZ : — Estou certo de que os esclavagistas não terão esse apoio.

O ORADOR : — Setimo, e o digo com perfeito conhecimento de causa, porque qualquer outro paiz onde a população se achasse nas condições do nosso, paiz exclusivamente agricola, e com a terra nas

mãos de uma só classe, diminuta, feudalmente constituída; e que não tivesse, como tem a Inglaterra, a industria, o trabalho, o commercio, abertos á população; qualquer outro paiz, em taes condições, achar-se-hia nas vespervas de um desses desmoronamentos sociaes que destroem todo o systema territorial e politico existente.

Finalmente : é porque não quero esse abalo que penso que os abolicionistas devem procurar influenciar o governo e o parlamento, convencêl-os do que deve ser a missão do governo nesta crise de nossa historia. Disraeli dizia no principio da questão irlandeza : « A missão do governo é fazer por politica o que a revolução faria pela força. »

Nós não podemos dizer : « o que a revolução faria pela força », porque não queremos a revolução, nem os escravos podem fazer revolução; mas devemos dizer : A missão do governo é fazer pela lei o que a sociedade, o que elle mesmo prohibe aos escravos que façam pela força.

O PARTIDO ABOLICIONISTA.

Mas quem somos nós que pedimos tanto e que fallamos neste tom aos poderes do Estado?

Senhores, com essa imbecillidade característica dos partidos reaccionarios, em toda parte do mundo o escravagismo está dando-nos todos os dias argumentos ter-riveis contra si proprio.

Um destes argumentos é a exprobação que nos é tantas vezes feita : « Vós outros nada tendes que perder. » Outro argumento, que repetem a todo o momento, é que o Imperador está á frente da propaganda.

Se o Imperador estivesse á frente da propaganda, o escravagismo não devia confessal-o, isto é, se elle tem a peito os interesses da propriedade escrava. Só quem os não tenha tratará de assoalhar que o unico poder que tem força real neste paiz, porque exactamente a escla-

vidão acabou com os outros e só a elle não pôde derribar, está á frente da propaganda.

Mas não temos semelhante general; se o tivessemos, não se estaria, depois de 43 annos de reinado, tratando de emancipar os escravos de 60 annos! É o contrario. Ainda que muito honrosamente para o Imperador, elle tenha procurado por diversas vezes limitar as expansões excessivas da escravidão, como as quiz limitar durante o Trafico, do que os contemporaneos, como por exemplo o Sr. Pereira da Silva, pôdem dar testemunho, e, mais tarde, durante a elaboração da lei de 28 de Setembro de 1871; ainda que elle tenha querido limitar as expansões futuras da escravidão, o facto é que o Imperador como representante da monarchia tem sido involuntariamente o principal baluarte da escravidão neste paiz. (*Apoiados.*)

Com qualquer outra fôrma de governo menos conservadora, e menos de-

pendente da grande propriedade existente, esse principio já teria, naturalmente, desapparecido.

Por isso a escravidão devia ser profundamente reconhecida ao soberano, que se presta a servi-la como seu principal feudatario, que nomeia magistrados para lavrarem as sentenças que ella requer; que lhe garante o auxilio da força armada no caso de precisar ella desse recurso supremo. (*Applausos*).

Mas não é esta a nossa força; a nossa força é de natureza muito diversa. Nós somos, como disse a principio, uma idéa, uma causa, uma época. Não somos um partido de pessoas; somos um partido impessoal, ou por outra, nada temos do que caracteriza os partidos officiaes, que dispõem do patronato para distribuição de empregos publicos.

N'um paiz onde estão ainda em vigor as theorias: que a policia deve ser politica, e que os despojos devem ser repartidos

entre os vencedores, não temos por certo a organização dos partidos pessoaes. Temos o cerebro, mas não temos o estomago, e por isso não podemos competir com a ventriloquia (*applausos*) que dá expressão ás necessidades dos outros partidos do paiz. (*Muito bem*).

Somos os que nada têm que perder, dizem aquelles que nos accusam, porque realmente não temos outra cousa que perder senão isso que os adoradores supersticiosos do dinheiro não apreciam e a que não dão valor: o nosso proprio desinteresse, a dignidade dos nossos sacrificios, a altivez dos nossos sentimentos e do nosso character nessa luta em que estamos empenhados. (*Muito bem*).

O ESPIRITO DE EMANCIPAÇÃO.

Mas nós representamos o espirito novo, espirito hoje tão profundamente radicado na sociedade brasileira como estava antes da Independencia o espirito

de emancipação politica, esse espirito que quando os Inconfidentes foram abatidos em Minas, levantou os revolucionarios de 1817 em Pernambuco, e quando estes subiram ao cadafalso inspirou triumphantemente os Andradas em S. Paulo. Sim senhores, o sentimento abolicionista está hoje tão enraizado no espirito e no character do nosso povo como estava então o espirito de independencia nacional.

Pois bem, continuemos a nossa campanha, continuemos nos nossos esforços. Assim como no mundo physico a materia nem a força se perdem nunca, e a energia que não é luz, é calor, electricidade, ou movimento, assim tambem no mundo moral a firmeza das convicções, a energia dos enthusiasmos desinteressados perdura sempre. Tudo quanto fizerdes pela causa abolicionista ha de ficar perpetuado na historia do nosso paiz, reproduzindo-se os vossos esforços e as vossas idéas no trabalho e na dedicação da outros ope-

rarios, e continuando sempre o movimento de que fazeis parte.

As feridas que hoje nos fazem são feridas que hão de ficar por muito tempo no corpo deste paiz como cicatrizes da sua honra e do seu dever. (*Muito bem!*).

Ha tres seculos que se faz para a constituição de uma patria pacifica, unida, e homogenea, o immenso holocausto de milhares de escravos enterrados diariamente nos cemiterios das fazendas. Diz uma tradição da nossa historia que um dia essa raça esmagada quiz retaliar e que o representante dessa retaliação foi Calabar. Eu não o creio, senhores. Creio pelo contrario que essa raça não retaliou nunca, e que fez sempre a mais constante e a mais completa immolação de si mesma e de seus filhos á grandeza do Brazil futuro. Pois bem, façamos em humilde escala, nós abolicionistas, o que ella está fazendo, ella a victima dessa barbara theoria hebraica que faz a pena passar de

†

pais a filhos, de geração em geração, através dos seculos. Continuemos sem receio a nossa obra. Ha hoje em nosso paiz, pela primeira vez em nossa historia, uma luz que nada poderá eclypsar, uma luz que desafiamos a escravidão que a apague — porque é a luz da dignidade humana; não fomos nós que a accendemos, e é ella que nos illumina nessa estrada em que devemos resolutamente caminhar, ao encontro da nova geração, dos futuros cidadãos do Brazil livre. (*Bravos, palmas, applausos prolongados, vivas!*)



RIO DE JANEIRO

Typographia de G. Leuzinger & Filhos

31, Rua do Ouvidor.

